



Número: **0800385-33.2019.8.18.0078**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **28/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA (AUTOR)	DIOGO MAIA PIMENTEL (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9453520	29/04/2020 15:41	Citação	Citação
7665999	17/12/2019 13:14	Despacho	Despacho
7514773	06/12/2019 13:13	Certidão	Certidão
7386760	28/11/2019 12:19	Petição Inicial	Petição Inicial
7386765	28/11/2019 12:19	PI - DPVAT NEGADO-FRANCISCO JOSE	Petição
7386766	28/11/2019 12:19	DOCS	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ Secretaria da Vara Cível da Comarca
Valença do Piauí Rua General Propício de Castro, 394, Centro, VALENÇA
- PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº 0800385-33.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

De ordem, CITO a parte ré de todo o conteúdo da petição inicial para responder aos termos da presente ação no prazo legal.

ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do Novo CPC).

Valença do Piauí, 29 de abril de 2020. **JIVAGO DOS SANTOS VIANA**
Secretaria da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE
VALENÇA DO PIAUÍ**

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº: 0800385-33.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

VALENÇA DO PIAUÍ-PI, 17 de dezembro de 2019.

Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº: 0800385-33.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e do pedido de gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

valença do piauí-PI, 6 de dezembro de 2019.

SAMUEL CIPRIANO MACHADO LIRA

Analista Judicial/Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Valença do Piauí



PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ-PI.

FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA, brasileiro, portador do RG nº 3.583.216 SSP/PI, CPF nº 061.974.023-00, residente e domiciliado na Localidade Granja Moreira, zona rural de Valença do Piauí-PI, por seu advogado que esta subscreve (procuração anexa), com endereço profissional localizado na Rua Treze de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, nos termos das Leis nº 6.194/74 e 11.482/07, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT.

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031.201, CNPJ: 09.248.608.0001-04, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.

Inicialmente, requer a Vossa Excelência, a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça, tendo em vista que a parte autora encontra-se em situação de insuficiência de recursos, com fundamento legal contido no artigo 5º, LXXIV da CF/88 c/c o artigo 98 e SS do NCPC.

DOS FATOS.

Na data de **28.11.18**, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito automobilístico, quando se deslocava em uma motocicleta e de repente perdeu o controle do veículo e não conseguiu parar causando sua queda, como consequência teve **traumatismo em membro inferior direito, ficando com limitação funcional**, conforme relatório médico anexo.

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





Desta forma, verifica-se que em decorrência do acidente o Requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, pois os documentos encartados na exordial são possíveis se inferir a ocorrência dos danos sofridos, sendo inconteste que, do acidente e do dano pessoal lhe resultou a invalidez permanente, daí o direito subjetivo de perceber o prêmio do seguro DPVAT, haja vista sido diagnosticado por médico competente.

O ordenamento jurídico pátrio estabelece que não existe cobertura para a invalidez temporária, devendo a parte interessada comprovar ser a mesma definitiva, já que a indenização não cobre o acidente em si, mas sim as consequências desse sinistro, ou seja, um dano coberto e definido pela lei 6.194/74, condições preenchidas pela parte autora, conforme documentos anexos.

Portanto, Meritíssimo, os danos são inegáveis o que é comprovado não só pelos laudos médicos anexos, bem como o simples olhar na situação do Requerente em audiência.

Contudo, apesar do Requerente estar categoricamente incapacitado permanentemente para o trabalho, com direito, portanto, a receber o valor da indenização, ou seja, **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, decidiu a Requerida, sem respaldo legal e contra as provas constituídas no processo administrativo, **NEGAR** o pagamento devido a Requerente, razão pela qual vem a este Juízo requerer o valor que faz jus a parte autora.

Por fim, o pleito ora formulado tem embasamento legal, haja vista estar comprovada a invalidez permanente da parte autora, um dano lamentável, entretanto, não recebeu da Requerida a atenção devida, já que não fora contemplado com a indenização devida.

DO DIREITO.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA.

No Tocante à legitimidade passiva para a Causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





Convênio DPVAT, responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório.

Neste sentido, veja a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido. (RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0/ DJ: 10/06/2002 PAG. 220 MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR)

DA FIXAÇÃO DO VALOR DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.

O seguro por danos Pessoais DPVAT é regulado pela Lei 6.194/74 que em seu bojo fixa os eventos acobertados pelo seguro, bem como, o valor a ser paga por cada evento em caso sua ocorrência. Vejamos:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Portanto, a Requerida ao fixar por conta própria o valor da indenização, age em total afronta ao que dispõe a referida norma, pois Reconhecida a incapacidade permanente do segurado, deve ser paga, em sua integralidade, a quantia decorrente de seguro obrigatório (DPVAT), independentemente do grau de invalidez apresentado pela vítima, pois as normas reguladoras, tanto a 6.194/74 quanto a 11.482/07, não estabelecem critérios objetivos para a pretendida fixação proporcional desse valor, não podendo, portanto, ser concedido em patamar inferior à normatizada, outro não o entendimento da jurisprudência:

Ementa: COBRANÇA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. DESNECESSIDADE DE PROVA DA EXTENSÃO DA INVALIDEZ. LEGISLAÇÃO EM VIGOR (LEI N. 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI N. 11.482/07) QUE NÃO TRAÇOU TAL DIRETRIZ. DEVER DE INDENIZAR A

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





DIFERENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NO PATAMAR MÍNIMO, INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 20, §3º, DO CPC E 55, IN FINE, DA LEI N. 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO (TJSC - Quarta câmara Civi-I R. In nº 2010.500513-0 Relator: Juiz Mauro Ferrandin, Data: 01/12/2010).

I - Segurado acidentado em 2-10-2007; sinistro OCORRIDO sob a égide da Lei n. 6.194/74, já com as modificações advindas da Lei n. 11.482/07, não necessita comprovar grau de lesão para receber a indenização prevista no art. 3º, II, daquela norma. Eventual quantia paga a menor deve ser subtraída da importância enumerada no permissivo legal em alusão, ou seja, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). [...]

II. Reconhecida a incapacidade permanente do segurado, deve ser paga, em sua integralidade, a quantia decorrente de seguro obrigatório (DPVAT), independentemente do grau de invalidez apresentado pela vítima, pois as normas reguladoras, tanto a 6.194/74 quanto a 11.482/07, não estabelecem critérios objetivos para a pretendida fixação proporcional desse valor, não podendo, portanto, ser concedido em patamar inferior à normatizada. [...](TJSC, Apelação Cível n. 2008.067098-0, de Lauro Müller, rel. Des. Eládio Torret Rocha, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 15.5.2009).

III - Arbitramento dos honorários advocatícios que deve respeitar os parâmetros inseridos no art. 20, § 3º, do CPC, assim como norte específico previsto na Lei de Regência (art. 55, caput).

Com efeito, o seguro obrigatório, ao contrário dos demais contratos desta natureza, é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei.

A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado. E sendo assim, é justo e legal seja a requerida copilada a pagar ao requerente a quantia de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais), referente a indenização não paga.**

Desta forma, descabida é a fixação de valor da indenização por invalidez permanente em valor inferior ao prevista na norma, devendo este juízo revisar tamanha injustiça, determinando de imediato o pagamento da indenização ao requerente nos moldes aqui requerido como medida da mais pura justiça.

DOS PEDIDOS.

Pelo exposto requer a Vossa Excelência:

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





- a) A citação da Requerida na pessoa de seu representante legal, para querendo comparecer a audiência, oportunidade em poderá apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão quanto aos fatos aqui expendidos;
- b) Seja a requerida condenada a fazer o pagamento do seguro obrigatório, no valor de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, acrescidos de juros e correção a que faz jus a parte autora, haja vista ter comprovado a sua invalidez permanente, sendo a mesma sequela dano decorrente de acidente automobilístico;
- c) Caso este Juízo entenda pela perícia medica, que seja oficiado o médico/perito oficial para a sua realização, sendo que o ônus deverá ser suportado pela Requerida, ante a hipossuficiência da parte autora e do convênio de nº 69/2015 firmado entre a Demandada e o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;
- d) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, este a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- e) Manifesta a parte autora pela não realização da audiência de conciliação ou mediação;
- f) Requer por fim, a inversão do ônus da prova e que lhe seja deferido o benefício da Gratuidade da Justiça, por não dispor de recursos para suportar as custas processuais.

DAS PROVAS.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal da parte autora e dos documentos anexos, sem prejuízo das demais provas eventualmente cabíveis.

DO VALOR DA CAUSA.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

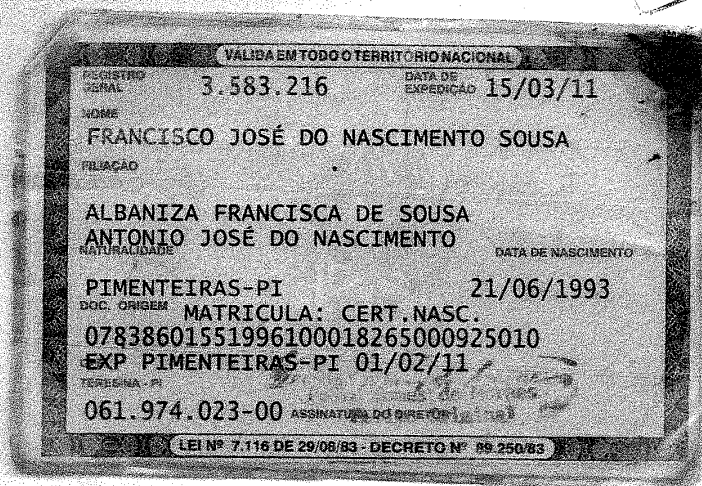
Nesses termos,
Pede deferimento.
Teresina-PI, 20 de novembro de 2019.
Diogo Maia Pimentel.
OAB/PI 12.383

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





PJ CORRETORA
DE SEGUROS
12 MAR 2019
DPVAT



COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ

AV MARANHÃO, 759
CENTRO SUL - TERESINA - PI - CEP: 64.001-010
CNPJ: 06.840.748/0001-89 IE: 193013835
Atendimento: 0800 086 0800 www.cepisa.com.br
Duvidoria: 0800 721 0164 (08:00 - 12:00 e 14:00 - 17:30h)

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série U - 14853244
Regime especial de impressão autorizado pela Sec. de f. ja
GRANJA MOREIRA LTDA - EPP
OU OUTROS, S/A BAIXA DO FIO KM02
B-RURAL -
CEP 64.300-000 - VALENCA DO PIAUÍ - PI
CNPJ 63.531.396/0001-13 IEST 190000945 SEFAZ PI 14-05-91

Para contato com a empresa
informe este número

Código Único
0934890-5

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL : Fone 167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares									
Emissão 10/12/2018	Data Leitura Anterior 05/11/2018	Data Leitura Atual 04/12/2018	Data Próxima Leitura 02/01/2019	Dias de Consumo 29	Apresentação 18/12/2018	Mês Faturado 12/2018			
Cod. Fat. 4.1.2.1	Classe/Subclasse Rural	Ligação Monofásica	Poste	Forma Faturamento Normal	Motivo FD	Número FD			
Consumo	Medidor A747414	Leit. Atual 45945	Leit. Anterior 45774	Constante Fatur. 1,00000	NPL 5	Cons. Medido 171	Cons. Faturado 171		

Histórico	kWh	Composição da Tarifa
11/2018	189	TUSD (*) 19,61
10/2018	160	TE (*) 37,27
09/2018	95	Transmissão 5,86
08/2018	56	Encargos 5,94
07/2018	59	Tributos 29,85
06/2018	61	(*) TUSD=Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição; TE=Tarifa de Energia
05/2018	28	
04/2018	0	
03/2018	2	
02/2018	12	
01/2018	128	
12/2017	156	
Média		Pis 1,4800 % - 1,45
12 meses	78	Cofins 6,8400 % - 6,73

Itens Faturados	Tar. sem impostos	Valor
Consumo 171 kWh a 0,576244		
Contribuição de Iluminação Pública (COSIP)	0,401527	98,53
Adicional Bandeira Amarela - 1,46		15,47

**PJ CORRETORA
DE SEGUROS**
12 MAR 2019
DPVAT

Indicadores de Continuidade: 10/2018				
Cj: 334 - NOVO ORIENTE	eusp:	R\$ 32,66		
Meta Mensal	Realizado	Trimestral	Anual	
DIC 7,27	0,00	14,53	29,06	
FIC 3,68	0,00	7,35	14,70	
DMIC 4,14	0,00	0,00	0,00	

=> Tensão Contratada - 220V Faixa Adequada - 200 a 231V
=> Reajuste Tarifário médio de 12,64% a partir de 02/12/2018, conforme Resolução ANEEL 2.490/2018.
=> Ligue para 0800 086 0800 e faça opção de vencimento de sua conta 1 5 10 15 20 25

=> As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nos postos de atendimento e na página da internet desta distribuidora.

Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ICMS
98,53	22,00	21,67
Reservado ao Fisco		
69F2.3144.AA6E.DACD.6B83.1397.3388.2A20		

Vencimento

Valor a Pagar

26/12/2018

R\$ 114,00

5

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ

Facilite sua vida! Evite filas e multas! Autorize o
débito de sua conta de energia em sua conta bancária.
Código para débito automático: 0934890-5

UC
09348905

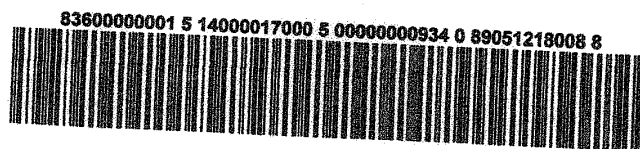
Mês Faturado
12/2018

No. FD
00

TC
8

Vencimento
26/12/2018

Valor a Pagar
R\$ 114,00





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1244 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 122451.001052/2018-01

Unidade de Registro: DP DE VALENÇA DO PIAUÍ

Resp. pelo Registro: Pablo Roberto Rocha Nunes

Data/Hora: 03/12/2018 - 17:53

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE VALENÇA DO PIAUÍ

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

VALENÇA DO PIAUÍ

Endereço

PI 120, ENTRE VALENÇA E NOVO ORIENTE, Nº:

Complemento

PRÓXIMO À LOCALIDADE BARRO PRETO

Data/Hora

28/11/2018 - 20:00

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA

RG: 3583216 SSP PI

Mãe: ALBANIZA FRANCISCA DE SOUSA

Pai: ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO

Endereço: LOCALIDADE GRANJA MOREIRA, Nº S/N

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ

Telefone(s): 89-9971-9782

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

12 MAR 2019

DPVAT

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA	BIZ 125 ES	2015	PIG8631	9C2JC4820FR508476	01039768307	Preta

Condutor: FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA
RG: 3583216 Órgão: SSP UF RG: PI
End: LOCALIDADE GRANJA MOREIRA Número: S/N Complemento:
Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL
Proprietário: MARIA NEUSA DE SOUSA
End: LOCALIDADE GRANJA MOREIRA Número: S/N
Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

RELATO DA OCORRÊNCIA

O noticiante compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil para comunicar: QUE, no dia e horário acima mencionados, transitava pela PI 120, que liga o município de Valença do Piauí ao município de Novo Oriente do Piauí, conduzindo a motocicleta acima descrita; QUE, estava próximo à localidade Barro Preto, zona rural deste município de Valença do Piauí, quando veio a colidir em um boi que estava na pista; QUE, com a colisão veio a cair no chão, sendo socorrido por populares e encaminhado ao Hospital Regional Eustáquio Portela, neste município; QUE, conforme ficha de atendimento do hospital, sofreu fratura em dedo do pé direito, estando atualmente com o pé engessado. Era o que tinha a noticiar.

Pablo Nunes
Pablo Roberto Rocha Nunes - Mat. 2814595
AGENTE DE POLÍCIA

Francisco José do Nascimento Sousa
FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA - Noticiante
Responsável pela Informação

Boletim de Ocorrência emitido em: 03/12/2018 16:53 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/2





ESTADO DO PIAUÍ
SUS HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA
VALENÇA DO PIAUÍ-PI
RECEITUÁRIO

NOME: _____

ATESTADO MÉDICO

Atento para os devidos
fins que Francisco
Jorge do Nascimento
Souza necessita afastar-
se de seus atuais de-
debramentos por conta
do parto a partir de hoje

VACINE SEU FILHO AGORA, PARA NÃO SE ARREPENDER DEPOIS.

CID 562.6

28/11/13





HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA
AV SANTOS DUMONT,
CENTRO, VALENÇA DO PIAUI/PI - 64300-000
CNPJ: 06553564001100
(89) 3465-1015 - (89) 3465-1369
HREP - HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

Ficha de Atendimento (Emergência)

Atendimento: P0224538

Data: 28/11/2018

Funcionário: ELDER

Registro: 4421

Hora: 21:29:00

Tipo: CONSULTA

Sexo: MASCULINO

Senha 85

SUS

FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

Nasc.: 21/06/1993 Idade: 25 ANOS, 5 MESES, 7 DIAS Profissão:

End.: GRANJA MOREIRA, 0 -

Cor: PARDA

Teléfono: (89) 9910-5418

Bairro: ZONA RURAL

Mãe: ALBANIZA FRANCISCA DE SOUSA

CPF: - RG: 3583216 - SUS: 898003065317054

Civil: CASADO(A) CEP: 64530-000

Cidade: NOVO ORIENTE DO PIAUI/PI

Pai: ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO

Clinica: CLINICA GERAL

Demanda: DEMANDA ESPONTANEA

Atendimento de URGÊNCIA

Procedimentos

0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)

História Clínica/Exame físico:

Relato avulso, paciente masculino, 25 anos, 5 meses, 7 dias, de cor parca, residente em zona rural, com queixa de dor em dedo do pé direito.

Exames Complementares:

RX: fratura palange proximal 5º

Diagnóstico provável:

dedo do pé direito

Prescrição Médica:

gero

CD: Salicilato, isopropilglicato com

Dorxina 3mg + AD 15V

clorazepatoxila 2.5ml + AD 5V

Anotações da Classificação de Risco

Hora: 21:34:06

Prioridade:

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☒ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Queixa/História: TRAUMA

Alergias: BUSCOPAM COMPOSTO

Medicação Usual:

PA: 120x70 mmHg

TAX: 0°C

FR: 0 mrpm

SAT 02: 0

FC: 0 bpm

Glicemia: 0 mg/dl

Peso: 0 kg

ECG: 0

Observação:

Conduta: ENC. MEDICO GERAL

Modos da Alta

☐ Alta ☐ Óbito ☐ Evasão ☐ Transferencia

Destino:

Hora:

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

12 MAR 2019

Dor:

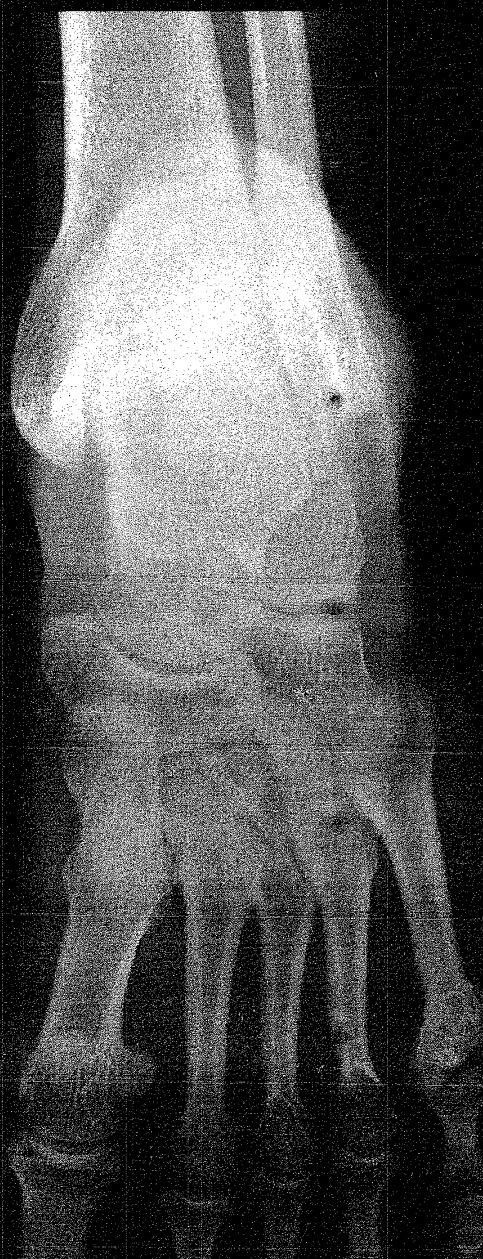
DPVAT

295179 - ROSANNA RAFENA R. BARBOSA
Enfermeiro Responsável

Dr. Francisco Barbosa III
Médico
CRM-PI: 5994
CPF: 042.711.023-85







80.4%



Rio de Janeiro, 20 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190189973

Vítima: FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

Data do Acidente: 28/11/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KALINE MARIA DA SILVA LIMA SOUSA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FRANCISCO JOSE DO NASCIMENTO SOUSA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00165/00166 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 14087709

OK! PRA DR DIOGO
DPVAT.

